

MANIFESTO

I MARCHA ESTADUAL DAS MULHERES NEGRAS CAPIXABAS

Marcha pelo direito à vida das mulheres
negras, contra o machismo, racismo,
sexismo, fascismo e pelo bem viver



O Fórum Nacional de Mulheres Negras Capixaba (FNMNC) vem somar com todas as entidades e coletivos de mulheres negras do Brasil e da América Latina e do Caribe para afirmarmos nossa luta feminista antirracista, anticolonial, antipatriarcal e anticapitalista. O Julho das Pretas é uma ação de potência e de visibilização do 25 de Julho, quando celebramos o Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.

Relembramos, ainda, a memória de Tereza de Benguela. Líder negra que viveu na região onde, atualmente, está localizado o estado do Mato Grosso. Segundo contam as memórias o instrumento de força que nos faz resistir, até hoje e sempre, Tereza sobreviveu e lutou com sua comunidade de negros e indígenas por vinte anos antes de seu quilombo ser atacado e destruído pelas forças do estado. É com um pé no passado e outro no presente que marchamos e marcharemos para a sustentação da vida com: saúde, economia digna, pleno emprego, educação, segurança, e direitos para as mulheres negras capixabas.

O Brasil é um país dos mais desiguais do mundo, do ponto de vista das relações entre brancas (os) e negras (os), entre homens e mulheres e entre trabalhadoras (es), e onde o racismo segue demarcando de forma estrutural essas desigualdades.

Segundo os dados do IBGE, 2º trimestre de 2022 (Pnad-Continua - IBGE), com análise do Diesse, nos revela que no Brasil a população que autodeclara negra é a maioria, entendendo o quesito negro com a soma de pardos+pretos, resultando em 55,8% de população negra. Desse total de autodeclarados negros, no Espírito Santo, somos 63,6%. A população capixaba se afirma, majoritariamente, negra em quantidade, mas o mesmo não acontece quando analisamos os dados socio-econômicos referentes a essa população, sobretudo quando se trata a situação da mulher negra.

Em entrevista de Jurema Wernek ao G1, em maio/23, o mesmo recorte aponta que 62% das mulheres vítimas de feminicídio no país são negras. E a violação aos direitos humanos da população negra, sejam mulheres ou homens, aparece ainda em outros pontos do relatório da Anistia Internacional. É a que mais morre em confrontos com a polícia e a mais afetada por eventos climáticos extremos. Para Jurema Wernek, diretora-executiva da Anistia, é preciso um trabalho envolvendo governo e Justiça para que haja mudança nesse quadro.



“Isso fala, na verdade, de que o racismo não foi enfrentado como deve. O Estado e os governos, o sistema de Justiça e o Congresso não interpuseram ferramentas para proteger a vida das pessoas negras. É preciso que se faça diferente em 2023 para que a gente não repita esse 2022 onde o racismo venceu infelizmente”, alerta Jurema. Essa conjuntura de empobrecimento é marcada por mortes e assassinatos do povo preto brasileiro, um verdadeiro genocídio da juventude preta e periférica, praticado pelas forças do Estado, como há décadas os movimentos negros denunciam e alertam ao conjunto de nossa sociedade. Sempre foi difícil, mas o grau de opressão racial e de violência que atinge as mulheres negras é assustador. Assiste-se a morte cotidiana de filhas e filhos de famílias pretas, seja por Feminicídio, Genocídio, e/ou Fome.

Na sociedade brasileira as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, no qual pessoas pretas e pardas, são maioria entre as que possuem rendimentos mais baixos, a persistência de situações de maior vulnerabilidade, indicada por evidências nos campos da educação, saúde, moradia, entre outros, mostram evidente desequilíbrio na garantia de direitos em prejuízo para a população negra. É possível também observar a sub-representação entre líderes de equipes nas empresas, juízes e nos parlamentos.

Ao refletirmos sobre a violência política de gênero temos que compreendê-la como todo e qualquer ato com o objetivo de excluir a mulher do espaço político, impedir ou restringir seu acesso, ou ainda invisibilizá-la dos espaços de poder. As mulheres podem sofrer violência quando concorrem, já eleitas e durante o mandato. Neste contexto político de gênero as mulheres negras, além de sofrerem violências domésticas, encontram-se em sub-representação nos diferentes parlamentos brasileiros.

NO JULHO DAS PRETAS!! POR QUÊ MARCHAMOS PELO BEM VIVER?

Marchamos com as mulheres negras guerreiras, nas lutas, já falecidas: Tereza de Benguela; Zacimba Gaba; Ilma Viana; Valceni Patrocínio; Gleimer Lisboa; Luiza Dias; Luzia Alves; Zelinda Firmino e Marilene.

Marchamos por respeito a nossa humanidade;

Marchamos por respeito às práticas religiosas de matriz afro que contam a história do negro e da negra nesse país;

Marchamos para que todas as mulheres e meninas pretas neurodiversas, com algum tipo de deficiência, tenham acesso digno à escola, à saúde e ao acompanhamento em serviços públicos de modo adequado e orientado;

Marchamos pela construção de uma agenda que combata o feminicídio sem considerar os agressores apenas em sua perspectiva individual, mas sim reconhecendo o machismo como pilar estruturante desta sociedade em que vivemos;

Marchamos para que os territórios quilombolas sejam reconhecidos e titulados para que nossas companheiras negras possam viver e criar como legítimas cidadãs brasileiras;

Marchamos para que o Estado e os municípios valorizem a cultura aplicando os recursos das leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc, sejam efetivamente, aplicadas em projetos que priorizem as culturas afro-indígenas;

Marchamos pela presença do Estado, com políticas públicas nas comunidades periféricas, com uma polícia de dimensão comunitária e não como braço armado que tem assassinado os jovens, filhos das mães pretas, pobres e periféricas;

Marchamos por uma educação antirracista, com a implementação das leis 10639/03 e 11635/08 e a inclusão dos acervos de metodologia afrocentrada e periférica nas escolas e universidades;

Marchamos pela retomada da luta por cotas nas universidades públicas, como política de reparação histórica;

Marchamos contra a morte da juventude negra por parte da polícia militarizada, no Estado do Espírito Santo;

Marchamos contra impunidade de policiais que matam jovens negros pobres e periféricos de forma perversa, a exemplo do policial que assassinou Carlos Eduardo, em Pedro Canário;

Marchamos pela luta intransigente contra o racismo e a discriminação, independentemente da raça, etnia e/ou nacionalidade;

Marchamos pelo fim do machismo, do racismo, da lesbofobia, da transfobia, da intolerância religiosa, da xenofobia, e do preconceito e discriminação de qualquer natureza;

Marchamos contra a retirada de direitos e a precarização ainda maior do trabalho, por mais emprego, melhores salários e igualdade salarial para as mulheres negras;

Marchamos contra a exploração sexual das crianças e adolescentes;

Marchamos contra todas as formas de violência, racista e machista e homofóbica: física, verbal e psicológica;

Marchamos contra o genocídio da juventude negra e periférica;

Marchamos contra a intolerância religiosa, por respeito e preservação das religiões de matrizes africanas;

Marchamos pela preservação da biodiversidade e do meio-ambiente, em defesa e reconhecimento da titulação de terras das Quilombolas, das Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas;

Marchamos pelo direito à saúde e direitos sexuais e reprodutivos (aborto legal, seguro e fim da violência obstétrica);

Marchamos por defesa da moradia digna, do direito à cidade e que o direito à prioridade no programa minha casa minha vida, seja às mulheres;

Marchamos pela valorização da trabalhadora doméstica (Lei Complementar 150/2015);

Marchamos pelo empoderamento das mulheres negras, indígenas e afro indígenas;

Marchamos por mais poder político para as mulheres negras, indígenas e afro indígenas, imigrantes e refugiadas;

Marchamos pelo reconhecimento e preservação dos saberes materiais e imateriais da população de qualquer raça, etnia nacional ou estrangeira no Brasil. (cultura, tecnologia, arquitetura, culinária, saúde etc.);

Marchamos por uma política de Comunicação de enfrentamento ao racismo, com a consolidação de uma mídia igualitária, democrática, não racista e não sexista;

Marchamos pela aplicação da Lei nº 1.085, que assegura salário igual entre homens e mulheres;

Marchamos pela aplicação da Lei 14.214/21, que trata da proteção e promoção da saúde menstrual.

ASSINAM O MANIFESTO

- 1) Associação de Mulheres Unidas de Cariacica Buscando Libertação- AMUCABULI;
- 2) Associação de Micros Pequenos Empreendedores de Central Carapina;
- 3) Associação de Mulheres Unidas da Serra - AMUS;
- 4) Banco Comunitário Central - Serra
- 5) Fórum Nacional de Mulheres Negras - FNMN-ES;
- 6) Fórum de Mulheres de Cariacica;
- 7) Fórum de Mulheres do ES - Coletiva Antirracista;
- 8) Fórum Estadual Chico Prego- Serra;
- 9) Fórum da Juventude Negra - FEJUNES;
- 10) União de Negras e Negros pela Igualdade - UNEGRO/ES;
- 11) Movimento Negro Unificado;
- 12) Instituto Elimu Professor Cleber Maciel;
- 13) Instituto Fepnes
- 14) Unidade Negra Capixaba;
- 15) Círculo Palmarino;
- 16) Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
- 17) Central Única dos Trabalhadores/as;
- 18) FORDAN UFES;
- 19) ADUFES;
- 20) Movimento de Mulheres Negras de Colatina e Região ZACIMBA-GABA;
- 21) CONEN-Mulher;
- 22) Probem@mulher-Serra;
- 23) Caminho do Bem-Serra;
- 24) Tereza de Benguela;
- 25) PSOL;
- 26) Mandato Yaya Luzia da Deputada Estadual Camila Valadão;
- 27) Instituto Quadro de Esperança;
- 28) SISPMC;
- 29) Coletivo Beco – Conectando Mulheres;
- 30) Movimento Esquerda Socialista – MES/PSOL;
- 31) FAMOC;
- 32) Coletivo Afoxé;
- 33) ABJD;
- 34) Escola de Samba Chega Mais!
- 35) Coletivo São José do Calçado;
- 36) Cine por Elas;
- 37) Brigadas Populares;
- 38) Fogo no Pavio
- 39) Revolução Solidária - PSOL
- 40) Coordenação Nacional CONEN Mulher – Entidades Negras;

- 41) Centro de Defesa dos Direitos Humanos – CDDH – Serra;
- 42) Movimento Nacional de Direitos Humanos;
- 43) Mandato da Deputada Estadual Iriny Lopes - PT;
- 44) STPDES – Sindomésticos – ES;
- 45) Intersindical;
- 46) Sindicato dos Bancários;
- 47) Rebelião Ecosocialista – PSOL
- 48) Idesbre;
- 49) Mandato do Vereador André Moreira – PSOL
- 50) Coletiva Geni (Mulheres estudantes de Direito – UFES)
- 51) SINASEFE
- 52) Sindipúblicos
- 53) Ação Negra
- 54) Pastoral Operária da Arquidiocese
- 55) Casa Lilás
- 56) Negro Sou
- 57) Negra Sim Senhora
- 58) Coisas de Negros
- 59) MUCA
- 60) Coletivo Carolina Maria de Jesus
- 61) Partido dos Trabalhadores (PT)
- 62) MNMM – Rua
- 63) Mandato da Deputada Federal Jackeline Rocha - PT
- 64) FEMOPOVI
- 65) CPDH
- 66) MAB
- 67) CENARAB – ES
- 68) Coletivo Diversidade Literária
- 69) Fórum Nacional de Mulheres Negras
- 70) MST
- 71) Setorial de Mulheres do PSOL
- 72) Sindimetal
- 73) Mulheres de Fibras – Nucleo de Economia Criativa
- 74) Sindipetro
- 75) Ufes+

